



A PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA COMPREENSÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DO EXTENSIONISTA

Irenilda de Souza Lima¹
Filipe Lima Silva²
Ana Paula Gomes da Silva³

Introdução

O que é gênero? Onde adquirimos as concepções sobre este assunto? Nestas perguntas adquirimos a motivação inicial de realizar um trabalho que espelhasse a perspectiva de novidade referente ao gênero, uma vez que este se mostra presente em discussões atinentes às transformações necessárias a sociedade contemporânea. Ressalte-se que esta sociedade busca desenvolver-se e que este desenvolvimento deve perseguir valores democráticos construídos e fortalecidos através da ampliação de aspectos participativos, bem como pelo reforço das relações de gênero com ênfase na cidadania das mulheres.

Focalizamos para efeito de análise deste estudo a participação de mulheres que vivem no meio rural brasileiro e que sejam assistidas por programas de assistência técnica e extensão rural para o apoio da agricultura familiar sob uma ótica agroecológica que norteie as ações públicas para este setor. Assim, evidencia-se que a atividade de extensão rural é essencial para a implantação e consolidação de um modelo de desenvolvimento rural que fortaleça as formas sustentáveis de produção agrícola.

As questões que envolvem gênero integram a formação dos profissionais voltados para o desenvolvimento rural, ainda que a compreensão dessas questões envolvam grandes e evidentes desafios, corriqueiros a todas as outras ocupações, relações sociais cotidianas e entre cidadãos comuns independente da profissão que exerçam. No caso da extensão rural, esta atividade é realizada por profissionais de diversas áreas por necessitar de conhecimentos interdisciplinares.

A abordagem de gênero deve fazer parte dos conteúdos formativos dos futuros extensionistas rurais, uma vez que constatam-se naqueles uma forte presença feminina entre os diversos públicos atendidos pelos programas de extensão rural pública (BRASIL, 2004). Logo, a

¹ Doutora em Ciências da Comunicação, pós-doutorado pelo INRA – França e professora da UFRPE no POSMEX, Brasil. irenilima@hotmail.com

² Aluno especial POSMEX. Bacharel em Direito – COPAL – Prefeitura de Olinda. Brasil. filipemp2@hotmail.com

³ Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pelo POSMEX. UFRPE. anapaulabiologia@hotmail.com)



execução da extensão rural deverá ser coerente com a nova perspectiva participativa, educativa, dialogada e agroecológica associada conseqüentemente à questão de gênero.

A formação de profissionais para o exercício das novas exigências da extensão rural já foi estudada por Lima (2009) ao tratar da formação universitária para a agricultura familiar e educação do campo (experiência do Programa Residência Agrária em Pernambuco), bem como no texto também de Lima (2008) intitulado “A Importância da leitura da realidade na articulação ensino, pesquisa e extensão”.

Diante da necessidade de inclusão do tema (gênero) à formação dos profissionais da área das ciências agrárias, sobre tudo no que tange ao desenvolvimento sustentável corrobora-se o entendimento de Morin (1986) de que esta se trata de um processo complexo.

Constata-se que a universidade, apesar de apresentar-se como agência formadora dos profissionais de nível de graduação e por seu inquestionável papel formador, está muito mais voltada para a lógica produtiva e para a economia de mercado, deixando questões como solidariedade, cultura, educação e gênero em um plano secundária.

Tendo em vista o já esposado, tem-se como objetivo deste trabalho trazer a baila subsídios teóricos e de base empírica sobre os desafios da formação universitária para o atendimento de demandas sociais, ou seja, para profissões cujo perfil formativo demande a necessidade de um profissional educador que atue numa sociedade com necessita de um modelo de desenvolvimento rural que inclua as linhas de desenvolvimento local e sustentável.

Assim, observa-se que a dimensão de gênero permeia todos os públicos atendidos pela Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER apresentando-se de forma transversal nas práticas de extensão rural em muitos programas de assistência técnica e extensão rural, os quais possuem direcionamento específico para o trabalho com mulheres. Como exemplo, temos os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER- Mulher, dirigido para grupos produtivos de mulheres, como opção de construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Atestamos tal idéia através de observações diretas e vivenciais nas atividades de extensão rural em Pernambuco e a partir do trabalho de D’Oliveira, Bezerra; Reis e Lima (2009) intitulado “Desenvolvimento territorial: mulheres tecendo novas possibilidades de assessoria técnica e extensão rural no Sertão do Cariri, na Paraíba”.

Importância da unidade produtiva de base familiar e da participação da mulher



A agricultura familiar desempenha um grande e importante papel no desenvolvimento brasileiro, inclusive, em termos econômicos e de segurança alimentar, na qual a mulher possui um papel indiscutível. No entanto, este segmento produtivo não pode ser visto apenas a partir dos índices econômicos, deve ser pensado a partir de suas práticas sociais, de sua lógica econômica e da cultura campesina e, nesta ótica, o papel da mulher na família como unidade produtiva é muito grande.

Logo, a agricultura familiar mostra-se como um segmento estratégico para um novo modelo de desenvolvimento, devendo ser considerados alguns fatores com mesmo grau de importância como a participação de homens e mulheres, os quais podem ser representados em vários grupos geracionais, mas basicamente entre jovens e adultos.

A valorização da cultura local, bem como de sua coletividade, conforme ressalta Milanez (2003 p. 76), é o principal objetivo do desenvolvimento por satisfazer as necessidades e as aspirações humanas determinadas social e culturalmente. Complementando o entendimento disposto temos Cazella, Bonnal e Maluf (2009) que consideram a agricultura familiar a partir dos aspectos de multifuncionalidade deste setor em relação ao desenvolvimento territorial brasileiro.

Ao tratar-se de um novo modelo de desenvolvimento recorreremos teoricamente a Celso Furtado, que traz uma idéia mais completa de desenvolvimento, ao dizer que o desenvolvimento ideal implica na capacidade criativa do homem voltada para a descoberta de suas próprias potencialidades, o qual se empenha em enriquecer o universo de que participa e que só se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na coletividade (FURTADO, 1995). Depreende-se que a valorização do trabalho das mulheres enriquece essa possibilidade de construir uma sociedade mais democrática e participativa.

As palavras potencialidades, coletividade, criação de valores, contidas no pensamento de Furtado nos inspiram a analisar de que forma podemos incentivar e fortalecer a participação e o ideário de coletividade entre os grupos populares, através do protagonismo das mulheres.

A importância da participação das mulheres já tem gerado pesquisas e muitas discussões acadêmicas, mas ainda temos muito que caminhar na direção de uma plena participação e da visibilidade de sua presença na unidade produtiva que é a família, a qual está situada nos segmentos de pequenos e médios agricultores familiares. Na universidade Federal Rural de Pernambuco, no POSMEX, que é o programa de mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – alguns professores e alunos pesquisam sobre o tema de gênero que abrange principalmente o protagonismo feminino no âmbito da agricultura familiar e nas pesca artesanal. Alguns nomes como Maria do



Rosário Andrade Leitão, Hulda Stadler, Irenilda Lima, Maria do Carmo Soares D'Oliveira, dentre outros, têm-se dedicado aos estudos pertinentes à cultura campesina, bem como aos estudos sobre a participação de mulheres em segmentos de políticas públicas, como é o caso das agricultoras familiares e pescadoras.

Questão de gênero

Ainda é evidente a falta de valorização do trabalho das mulheres neste segmento produtivo da agricultura familiar, uma vez que ainda é estranho para muitas pessoas que esta falta de valorização da participação das mulheres seja uma questão de gênero. Pergunta-se: qual a razão pela qual a questão de gênero tem ocupado os espaços de nossos interesses? De que trata este tema?

Até o início da década de 90 esse conceito tinha seu uso restrito ao mundo acadêmico e aos grupos feministas e de mulheres, hoje, muita gente fala de gênero em variados contextos e lugares. Para Camurça e Gouveia (2004, p.9) as relações de gênero vem ganhando espaço e legitimidade nas análises sociais e políticas.

Para efeito da análise deste trabalho, o questionamento é o seguinte: Como estão sendo construídos este conceito? Como estão sendo construídos os conceitos de gênero dentre o público universitário a partir da formação de estudantes de graduação e de pós-graduação? A trajetória metodológica para atender este objetivo demandou a aplicação de 20 questionários entre alunos do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas e do Mestrado de Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE no mês de maio de 2010. Os questionários foram compostos apenas de três perguntas abertas onde perguntamos: Como o pesquisado tomou conhecimento da expressão – Gênero. Para a segunda pergunta, consideramos pertinente saber o momento onde essa questão foi primeiramente conhecida e de que forma isso aconteceu. Na terceira pergunta argüimos sobre a relação do conceito de gênero com a extensão rural e o desenvolvimento local.

Consideramos importante esta pesquisa por considerarmos que seus resultados poderão trazer subsídios para a formação de sujeitos críticos em relação à participação em sociedade democráticas e em programas de formação de extensionistas rurais, educadores do campo, como agentes de desenvolvimento para um enfoque de agricultura de base agroecológicas cuja participação das mulheres tem grande grau de importância.

Justifica-se também o valor do objetivo desta pesquisa ao atrelarmos sua concepção, como forma de saber quais são as idéias, opiniões e imaginário. Podemos lembrar que em Ferrara (1998)



há a perspectiva de imaginário corresponde à prática de atribuir significados a significados, ou seja, através da prática social os significados passam a acumular imagens e a significar mais. Entende-se assim que o imaginário de uma criação coletiva é condução de sobrevivência e parte vital da legitimação ou definição da identidade.

Saber sobre as concepções quanto a gênero entre os futuros profissionais da extensão rural ou no trabalho como educadores do campo é importante como estratégia de implementação de ações públicas realmente eficazes e que coadunem com o modelo do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural vigente desde 2004 (BRASIL, 2004).

As questões de gênero permeiam todas as relações sociais e a interação social específica entre homens e mulheres forma e organiza a sociedade tanto quanto as relações de classe e raça. Para Lima (2006), o apoio ao desenvolvimento rural na concepção de desenvolvimento local e sustentável passa pelo reconhecimento do protagonismo das mulheres. Acrescentamos que ambos, homens e mulheres, devem ser protagonistas e sujeitos na construção de uma sociedade mais democrática e justa e por isso se faz importante estudar e repensar o papel formativo de profissionais para este projeto de sociedade.

Análise dos resultados

Na aplicação dos vinte questionários com perguntas abertas podemos conferir os seguintes resultados: Na pergunta sobre quando eles tomaram conhecimento da expressão gênero: doze alunos, ou seja, mais da metade responderam que tomaram conhecimento da questão de gênero nas instâncias educativas e cinco responderam que adquiriram em eventos e nos movimentos sociais e sindicatos. Três alunos demonstraram com suas respostas que ainda não conhecem bem o que seja gênero no sentido do objetivo deste trabalho.

Para a segunda pergunta sobre a concepção de gênero: As respostas foram bem diversificadas, mas a maioria deu respostas de acordo com o conceito trazido por Carmuça e Gouveia (2004, p. 12-13) quando afirmam que:

É a partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais que a sociedade cria idéias sobre o que é um homem, o que é uma mulher, o que é masculino e o que feminino, ou seja, as chamadas representações de gênero. Com isso, se estabelece também as idéias de como deve ser. a relação entre homem e mulher, a relação entre as mulheres e a relação entre os homens.

As autoras ainda indicam que a sociedade cria as relações de gênero e nesta relação muitas vezes o que é masculino tem mais valor. Estabelece-se uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas e relações de poder.



Nas outras respostas estavam à concepção de gênero como qualidade ou produto, gramática, música e outras.

Para a terceira pergunta do questionário foi indagada qual a relação deste conceito com o desenvolvimento rural e a extensão rural e as respostas apontaram que o tema de gênero trata da importância de se reconhecer a participação das mulheres. Também evidenciaram a relação com os acessos a políticas públicas para o apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar que conta cada vez mais com a participação reconhecida das agricultoras. Algumas respostas foram de que a discussão do tema deve gerar a participação equilibrada de homens e mulheres. Outros falaram da potencialidade de se realizar com bons resultados a assistência técnica e a extensão rural com mulheres quando se trata de programas para o público de agricultores familiares. Somente dois alunos responderam que não sabiam fazer a relação.

Conclusões

Através das respostas ficou evidente que a compreensão do que seja gênero conduz a necessidade de valorização da participação das mulheres na agricultura familiar. Também que a questão de gênero deve ser conteúdo nos projetos formativos vivenciados nas universidades brasileiras. Compreender a força do trabalho das mulheres e suas formas de organizações é de fundamental importância para a viabilidade de programas de apoio ao desenvolvimento rural.

Nesta esfera ocorre a diversificação produtiva e a multifuncionalidade das atividades, onde incluímos a vivência de uma sociedade que não faz acepção de pessoas, sejam homens ou mulheres, e o enriquecimento do contexto da agricultura familiar e da cultura campesina. A equidade de gênero, a partir de suas práticas sociais, de uma lógica econômica peculiar, da importância para a segurança alimentar e da contribuição para o desenvolvimento brasileiro (LIMA e ROUX 2008) escreve um novo capítulo na rica dimensão da agricultura familiar.

A formação do técnico para um trabalho com enfoque participativo, construtivista, dialogado e com valorização das reflexões sobre as questões de gênero é um enorme desafio, formando um mundo com outra lógica produtiva imposta pela velocidade da informação hoje existente, onde tantos conceitos parecem superados e tantos pensados superados reaparecem, exigindo cautela e o abandono definitivo de verdades absolutas (TAVARES DE LIMA, 2003; LIMA, 2009).

Saber o que os alunos concebem é elemento chave para propostas formativas que gerem mudanças conceituais para um agir praxiológico. No enfoque deste texto que argumenta sobre a



formação de extensionista rural consideramos pertinente associar algumas teorizações sobre educação cognitivista (construtivista) fazendo relação com a produção do conhecimento, tendo como autor-chave para esta referência David Ausubel (MOREIRA, 1990) com o conceito de Aprendizagem Significativa. Corroborando, Edgar Morin (1996) contribui com dados para a reflexão sobre os obstáculos epistemológicos e a construção do conhecimento com as idéias da Teoria da Complexidade.

Em Paulo Freire (1983) o princípio de que a elaboração de conhecimentos localmente úteis representa um encontro de sujeitos cognoscentes mediatizados pelo mundo cultural de cada sujeito e de um contexto geral mais abrangente, cabendo aí identificar e considerar as idéias das pessoas e dos grupos sociais e suas próprias perspectivas de melhoria de vida e projetos coletivos; valorizar as idéias e ao mesmo tempo colocar em questão as referidas idéias mediante contra-exemplo e questionamentos e na possibilidade de mediação, diálogo de saberes e de negociação de significados para introdução de novos conceitos e novas possibilidades e a utilização das novas idéias em outros contextos, considerando o saber em processo de reelaboração.

Neste trabalho ficou evidente os desafios da formação de agentes para a extensão rural que estejam cientes das relações de gênero que permeiam toda a cadeia produtiva e cultura campesina. Cientes da complexidade do tema da formação profissional para a extensão rural educativa que considere a participação e a diversidade. Incluindo nesta esfera a participação de homens e mulheres com iguais condições de desenvolvimento pessoal e reconhecimento na construção do desenvolvimento local e no projeto de fortalecimento de agriculturas de bases sustentáveis. Saber o que os alunos sabem, pensam sobre a questão de gênero poderá subsidiar processos formativos mais coerentes com os objetivos políticos pedagógicos da universidade que como instancia formadora deve atender as demanda de construção de uma sociedade mais democrática e mais justa no sentido da participação dos indivíduos independentes de serem homens ou mulheres.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Política Nacional de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2004.

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. *O que é Gênero*. 4ª Ed. Recife. SOS CORPO. Instituto Feminista para a Democracia. 2004.

CAZELLA, Ademir A; BONNAL, Phillipe; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e enfoque de pesquisa. In: _____(Org.).*Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.



D'OLIVEIRA, M.C S; BEZERRA, E; REIS, D E LIMA, I.S. Desenvolvimento territorial: mulheres tecendo novas possibilidades de assessoria técnica e extensão rural no Sertão do Cariri. Pôster apresentado no *Seminário Internacional Desenvolvimento Sustentável e Território Rural: desafio da ação pública*. Promoção UFCG e CIRAD. 22-25 de setembro de 2009. Campina Grande. PB

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso A invenção do subdesenvolvimento. In: *Revista de Economia Política*, vol. 15, n° 2 (58), abril-junho/95. p. 5-9.

LIMA, Irenilda de Souza, ROUX, Bernard As Estratégias de Comunicação nas políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar no Brasil. In: CIMADEVILLA,, Gustavo (comp.) *Comunicación, tecnología y desarrollo: trayectorias/Comunicação, tecnologia e desenvolvimento: Trajetórias..* 1ª. Ed. Rio Cuarto, Universidad Nacional do Rio Cuarto, 2008

LIMA, Irenilda de S. Aspectos Didáticos da Extensão Rural para o Desenvolvimento Local. *XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*.GT – comunicação científica e ambiental. Porto Alegre. 2004.

_____ A Formação universitária para a agricultura familiar e educação do campo: experiência do Programa Residência Agrária Pernambuco. In MOLINA ET AL (org.). *Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária*. Brasília. MDA. 2009.

_____ A Importância da leitura da realidade na articulação ensino, pesquisa e extensão. In LEITÃO, M.R.F.A. (org.) *Extensão Rural, Extensão Pesqueira : experiências cruzadas*. Recife. FASA. 2008.

MILANEZ, F. Desenvolvimento Sustentável. In Cattani, A. David. (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Vaz Editores. 2003. P. 72-75.

MOREIRA, M. A. *Pesquisa em Ensino: aspectos metodológicos e referenciais teóricos à luz do Vê epistemológico de Gorem*. São Paulo: EPU, 1990.

TAVARES DE LIMA, Jorge R. e Figueiredo. Marco A B. Extensão Rural e Desenvolvimento Local. In TAVARES DE LIMA, J. R. (ORG). *Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*.Recife: Bagaço. 2003. P. 71-92.